

**ATA**

Aos catorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Luísa Francisca de Abreu Pedroso e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador André Coelho Lima – Quis saber o que se havia passado na eleição da liderança da Comunidade Intermunicipal do Ave, perguntando se era verdade que o Município de Guimarães tinha proposto que o Secretariado Executivo passasse a ter mais um elemento do que o que já tinha. Perguntou, também, como é que o Presidente da Câmara permitiu sujeitar o candidato Dr. António Magalhães à votação que se registou. -----

2 – Vereadora Luísa Pedroso – Leu, em voz alta, um documento sobre o número de assessores políticos dos eleitos locais, solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “Esta é uma intervenção delicada, particularmente por estarmos rodeados de pessoas que se podem sentir visadas com o que direi, pelo que peço seja analisada no ponto de vista puramente da análise política e da diferença de

perspetiva na gestão da coisa pública. Numa altura em que vivemos tempos difíceis, de plena crise económica, que todo o país atravessa, não compreendemos a mensagem transmitida há 15 dias com a nomeação dos membros do Gabinete de Apoio Pessoal. De facto, a mim que ainda agora comecei custa-me compreender algumas mensagens por serem completamente contraditórias entre si. Depois de termos visto nos jornais o Sr. Presidente da Câmara preocupado com a diminuição de transferências por parte do Estado para o Município, alarmando inclusive a população ao dizer que podiam faltar verbas para funções essenciais do Município, resta-nos perguntar: Então por que não se começa por cortar no staff político para se poder ter mais meios para fazer face às novas responsabilidades que o Governo vem transferir para a Câmara Municipal, nomeadamente na área do ensino e do social, e que tanto nos preocupa a todos? Aliás, na senda destas nomeações ainda mais me surpreendeu ter visto o mesmo Presidente de Câmara que se manifestou publicamente alarmado com as difíceis condições financeiras da Câmara de Guimarães, por força das transferências da Administração Central, ser afinal o mesmo que ainda esta 2ª feira, na reunião da CIM do Ave, propôs que fosse aumentado o número de secretários, assim onerando mais aquela estrutura intermunicipal ao nível do pessoal, e com isso também o Município de Guimarães que assim teria que aumentar as suas transferências para aquela estrutura. Perdoem-me a franqueza mas são coisas que tenho dificuldade em conseguir compreender. Não esquecemos a legitimidade das nomeações apresentadas, pois sabemos estar dentro do limite permitido por Lei, contudo esperávamos da Câmara um sinal de solidariedade para com a população, as empresas e as instituições, que muito se têm sacrificado para (sobre)viver



perante este cenário de crise. Ansiávamos ver a Câmara Municipal de Guimarães seguir, por exemplo, o procedimento do Município de Braga, em que os vereadores, cito "prescindiram dos automóveis e motoristas da Câmara Municipal para efetuarem os seus trajetos entre a casa e o trabalho, numa atitude que simboliza bem o respeito que têm pelos cidadãos e pelos recursos municipais, que devem ser usados de forma consciente e criteriosa". Esperávamos, por isso, ver a Câmara de Guimarães também a "fazer mais, com menos", assim como têm que fazer os vimaranenses. Aliás, num cenário de previsibilidade de redução das atividades da Câmara, uma vez que estão passadas as organizações da Capital Europeia da Cultura e da Cidade Europeia do Desporto, seria o momento ideal para se apresentar uma contenção de despesas, dado que ainda são muitos os compromissos a pagar. Por outro lado, num momento que carece de algum investimento nas freguesias, e que estas nos aparecem sempre postas para segundo plano, pela crise e pela falta de verbas, seria, uma vez mais, o momento de mostrar a capacidade financeira da Câmara em resolver as necessidades dos vimaranenses, antes de quaisquer nomeações. E quando nos referimos a "fazer mais, com menos" não nos referíamos à redução existente de dois assessores, porque esta redução trouxe aumento da despesa para a Câmara, e ainda trouxe aumento do número de "efetivos", porque o pessoal que veio de fora do quadro da Câmara (quase metade) contam para efeito da redução do número de trabalhadores obrigatório pela LOE, isto quer dizer que, por via da Lei, estes trabalhadores entram para efeitos de dispensa de pessoal e, por isso, se não forem eles vão ter de ser dispensados outros trabalhadores. Mas para melhor esclarecer: Há 15 dias, o que o Dr. Domingos Bragança nos apresentou foi uma

redução do número de assessores, comparativamente com o mandato do Dr. António Magalhães, mas um aumento de efetivos de recursos humanos e, consequentemente, um acréscimo financeiro, comparativamente ao anterior mandato. Ou seja, reduzimos no número de assessores, mas aumentamos nos gastos, pois a quantidade de assessores que foram nomeados, externos ao quadro da Câmara, são contabilizados para efeito do aumento do número de trabalhadores. Ou seja, as suas entradas traduzem um aumento do número de efetivos e, consequentemente, um aumento dos custos globais da Câmara. No nosso entender, faria todo o sentido, num momento de grande sacrifício de todos os vimaranenses - famílias e empresas - que o Presidente da Câmara e seus Vereadores dessem um sinal de solidariedade para com a população que, como se vê, optaram por não dar. Por tudo isto eu não compreendo como pode o Sr. Presidente da Câmara, recém-eleito, lamentar-se dos cortes orçamentais, prometer eficácia dos serviços municipais, e apresentar ao mesmo tempo um aumento no orçamento municipal em recursos humanos afetos a pessoal político. Para além disto, o que dirão ainda os vimaranenses mais atentos, quando analisada a lista de assessores, derem conta da presença de pessoas responsáveis por organismos da comunicação social local. Referimo-nos, nomeadamente, ao Sr. Vítor Oliveira, Diretor da Guimarães TV, um dos únicos órgãos da comunicação social local. Perguntamos: Vai continuar com o mesmo cargo na Guimarães TV e acumular funções de adjunto do Sr. Presidente da Câmara? Terminamos com aquilo que já foi a nossa posição expressa em reunião de Câmara, no dia 21/01/2010, da nossa parte cito "condenamos veementemente, não apenas uma postura que contraria a retórica discursiva, uma prática absolutamente



desaconselhável ao nível da gestão dos recursos humanos, como sobretudo, uma atitude condenável na falta de solidariedade para com a população, logo num momento que pelos vistos todos reconhecemos, embora nem todos pratiquemos, ser de crise transversal a toda a sociedade, seja ela pública ou privada”. -----

3 – Vereador José Torcato Ribeiro – Manifestou-se preocupado com a situação em que se encontra a Escola EB1 de Pegada, Azurém, com cerca de 90 alunos, lembrando as reuniões realizadas durante o passado mês de setembro entre a Associação de Pais daquele estabelecimento de ensino e os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de realização de obras, tais como a beneficiação do principal caminho de acesso à escola, a execução de uma zona com cobertura no recinto escolar e de um corredor de proteção no acesso principal, bem como uma solução definitiva para a cantina escolar. Disse considerar que a Câmara deve tomar uma posição face à situação da EB1 de Pegada tendo em conta que se trata de um equipamento municipal com a obrigação de fazer os alunos sentirem-se confortáveis num local apazível. -----

4 – Vereador Amadeu Portilha – a) – Comunicou ter estado presente, em representação do Município de Guimarães, na cerimónia que decorreu no Parlamento Europeu, em Bruxelas, no passado dia 6 de novembro, pra receber a Bandeira de Ouro de Melhor Cidade Europeia do Desporto 2013 da ACES Europe (European Capitals and Cities of Sport Federation), relevando que o Presidente da ACES Europe, Gian Francesco Lupatteli, e o Deputado do Parlamento Europeu pelo PSD, Eng.º José Manuel Fernandes, congratularam Guimarães pela excelência do programa desenvolvido durante todo o ano e pelo entusiasmo e empenho evidenciados na missão de promover a prática do desporto e da

atividade física para todos; **b)** - Fez o ponto de situação relativamente ao Orçamento Participativo 2013, referindo que, em face do período eleitoral vivido, todo o processo foi suspenso informando que, neste momento, foi criado um gabinete que vai trabalhar em exclusivo para o efeito. Recordou que a I edição do Orçamento Participativo (OP) de Guimarães, em 2013, com 1 milhão de euros cativo, teve como áreas prioritárias a ação e intervenção social, com 500 mil euros, a cultura e o turismo, com 250 mil euros e o desporto, igualmente com 250 mil euros, sendo que na fase prévia de apresentação, esclarecimento e discussão, o Orçamento Participativo teve um total de 48 assembleias, com a participação de cerca de 1.250 pessoas, daí resultando a apresentação de 145 propostas na globalidade, das quais 80 consideradas elegíveis (31 na área da ação e intervenção social, 30 na área da cultura e turismo e 19 no desporto). Disse, ainda, que, no processo seguinte, correspondente à votação das propostas, verificou-se a contagem de 3.969 votos, tendo sido aprovados, como mais votados, 30 projetos, sendo 16 na área da ação e intervenção social, 7 na cultura e turismo e 7 no desporto, perfazendo a totalidade do valor orçamentado. Informou que o processo de concretização destas propostas iniciou-se logo após a tomada de posse da Câmara Municipal, com o seguinte ponto de situação: **Ação Social** - 16 projetos com o valor global de 500.000€ - **Estado dos projetos**: 2 projetos pendentes e em análise no valor de 80.000,00€; 4 projetos em fase de orçamentação no valor de 107.000,00€; 1 projeto em análise nos serviços da Divisão de Património Municipal relativamente à dominialidade, no valor de 25.0000€; 9 projetos em análise pelos serviços da Câmara Municipal para decisão das melhores opções para a implementação, no valor de 208.000,00€. **Cultura e**



turismo - 7 projetos com o valor global de 250.000,00€. - **Estado dos projetos**: 2 projetos pendentes e em análise no valor de 100.000,00€; 1 projeto em orçamentação no valor de 25.000,00€; 2 projetos em análise na Divisão de Património Municipal relativamente à dominialidade, no valor de 100.000,00€; 2 projetos a aguardar reuniões com os proponentes, no valor de 25.000,00€. **Desporto** - 7 projetos com o valor global de 250.000,00€. **Estado dos projetos**: 1 projeto pendente e em análise, no valor de 50.000,00€; 1 projeto em orçamentação, no valor de 15.000,00€; 2 projetos em análise na Divisão de Património Municipal relativamente à dominialidade, no valor de 70.000,00€; 3 projetos a aguardar reuniões com os proponentes, no valor de 115.000,00€. Referiu que a complexidade de alguns projetos ao nível da execução, as questões relacionadas com a dominialidade dos terrenos ou espaços a intervir, a contratação de recursos humanos numa altura em que as Câmaras Municipais o estão impedidas de fazer e a necessidade de elaborar alguns projetos, justificam a circunstância de a maior parte deles serem concretizados em 2014, como estava inicialmente previsto em regulamento, embora outros, de carácter mais simples, já estejam em fase de execução. Por último, informou que, simultaneamente a este processo, já se está a preparar o Orçamento Participativo 2014, sendo o primeiro passo a revisão/atualização do regulamento, determinada por um conjunto de adaptações processuais entretanto detetadas face aos princípios do Orçamento Participativo e a interpretação entretanto apreendida, pelo que será promovida uma sessão pública, aberta a todos os vimaranenses, para análise, discussão e reflexão sobre o mesmo.

5 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, informou: **a)** – No que diz respeito à eleição da nova liderança da

Comunidade Intermunicipal do Ave esclareceu que já no anterior mandato foi permitido que as Câmaras Municipais de menor dimensão liderassem os respetivos Conselhos Intermunicipais. Acrescentou que, neste mandato, o Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso se havia apresentado na Câmara Municipal de Guimarães propondo-se para a liderança da CIM do Ave, sugerindo, ainda, para primeiro Secretário Executivo, o Dr. António Magalhães, ao que lhe retorquiu que, em nome do Município de Guimarães, dava a sua anuência, tendo, portanto, manifestado o seu acordo. Recordou que a lógica da liderança não tem sido a partidária, isto é, em função do maior número de Câmaras Municipais por partido. De seguida, informou que quem propôs um segundo Secretário Executivo para a CIM do Ave foi a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso tendo ainda sido proposto um terceiro Secretário Executivo pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Disse, ainda, que, antes de se dar início oficial àquela reunião da CIM do Ave, houve um encontro informal entre todos os membros, tendo sido encontrado consenso relativamente ao que iria a ser votado e em que seriam propostos três elementos para o Secretariado Executivo. Contudo, a seguir, na reunião oficial, houve Presidentes de Câmara que tomaram uma posição diferente da que havia sido previamente acordada, considerando tal atitude desrespeitosa para com os compromissos antes assumidos, que em nada dignifica aquele órgão da CIM do Ave, acrescentando que está habituado a pautar a sua conduta pela lealdade e pela sinceridade. Referiu que, do seu ponto de vista, foi cometido um conjunto de irregularidades no decorrer da primeira reunião da CIM do Ave, que coloca em causa a legalidade das decisões tomadas. Concluiu, dizendo que o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães não tinha manifestado a sua



disponibilidade para liderar a CIM do Ave, em virtude de sentir necessidade de concentrar o seu trabalho junto da Câmara Municipal de Guimarães; **b)** - Disse que a proposta dos assessores políticos era da sua inteira responsabilidade e que cumpria a lei, justificando as nomeações com a necessidade de garantir os compromissos assumidos. No que respeita à frota automóvel que está adstrita ao Presidente e Vereadores, considerou-a modesta relativamente ao que se passa com outros Município de dimensão igual ou mesmo menor ao de Guimarães; **c)** - Reconheceu a necessidade de se proceder à realização de obras de beneficiação no edifício da EB1 Pegada, Azurém, prometendo envidar esforços no sentido de melhorar as condições naquele estabelecimento de ensino; **d)** - Mostrou-se orgulhoso pela atribuição da Bandeira de Melhor Cidade Europeia do Desporto 2013, acrescentando que todos estavam de parabéns; **e)** - Sobre o Orçamento Participativo disse esperar que a concretização da primeira edição seja um sucesso, acrescentando que a segunda terá de decorrer com base em parâmetros ligeiramente diferentes. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: -----

1 - Do seu despacho de 12 de novembro de 2013, que, na sequência da notificação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, suspendeu, de imediato e até decisão judicial definitiva sobre a adaptação dos horários de trabalho ao novo regime de duração do trabalho imposto pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, a aplicação do despacho de 11 de setembro de 2013 (aplicação das 40 horas), retomando-se os horários de trabalho que vigoravam até ao passado dia 28 de setembro (35 horas); **2** - De uma comunicação da Kingston University of London dando conhecimento que a School of Architecture and Landscape

selecionou Guimarães para desenvolver trabalhos de investigação no ano letivo 2013/2014. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de outubro, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de novembro de 2013, que concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro para abertura de procedimento para aquisição de bens de equipamento de armazenamento e serviço on-line do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta: "Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de Bens – Equipamento de armazenamento e serviço on-line do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. **Preço base:** 167.000,00€ + IVA (23%), sendo: - **Lote 1 – Equipamento de armazenamento e serviços:** 135.000,00€ + IVA (23%); - **Lote 2 – Equipamento portátil e licenças de software:** 32.000,00€ + IVA (23%). **Classificações económicas:** 020114, 070107, 070108, 070113, 070115. **Planos:** 1.1.1.02 e 1.1.1.06. **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** -



Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Bruno Oliveira, Técnico Superior; **Vogais Suplentes:** - Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros; - Assis Sousa, Técnico Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 31 DE OUTUBRO DE 2013. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE RONFE – ERROS E OMISSÕES – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de novembro de 2013, que concordou a com a seguinte informação do Departamento de Obras Municipais: “As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objeto de análise por parte da Divisão de Planeamento Urbanístico que, para este efeito, contactou os respetivos projetistas. Nesta sequência, foi elaborada a lista de erros e omissões que se anexa. Nos termos do n.º 5 do art. 61º do Código dos Contratos Públicos, e respetivas alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, a aprovação da lista de erros e omissões em anexo,

considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites, devendo a mesma ser publicitada na plataforma eletrónica vortalgov, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 18 de novembro de 2013 até às 17:00 horas e serão abertas às 10:00 horas do dia útil imediato. Se houver algum interessado que já tenha elaborado a proposta, deverá eliminá-la, iniciando uma nova tendo em conta a lista de erros e omissões atrás referida.” A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – SEGUNDO ADITAMENTO - ANO DE 2011 –

Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço a execução da obra de requalificação do Alto de S. João, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 11.670,43€. Em conformidade com o solicitado pela Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço em 5 de janeiro de 2012, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou autorizar a prorrogação do prazo daquele protocolo, aprovando, assim, a alteração do prazo de execução do protocolo, e ainda a transição da correspondente verba para o ano de 2012, tendo sido celebrado o primeiro aditamento ao protocolo no mesmo dia. Na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de



setembro, a Freguesia de Selho S. Lourenço encontra-se agora agregada com a Freguesia de Gominhães, e passaram a designar-se União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Entretanto, em 7 de novembro de 2013, o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães solicitou a alteração daquele protocolo, pretendendo agora pavimentar a rua da Igreja, sendo esta a via municipal que faz a ligação entre Selho S. Lourenço e Gominhães. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 2011, passando a 1ª cláusula a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães para a pavimentação da rua da Igreja.". Mais se propõe a alteração da cláusula 3.ª, que passará a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2013." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PRIMEIRO ADITAMENTO - ANO DE 2012 –

Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço, a elaboração do projeto de requalificação do Alto de S. João, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 11.670,43€. Na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das

freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Selho S. Lourenço encontra-se agora agregada com a Freguesia de Gominhães, e passaram a designar-se União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Entretanto, em 7 de novembro de 2013, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães solicitou a alteração do objeto daquele protocolo, pretendendo agora pavimentar a rua da Igreja, sendo esta a via municipal que faz a ligação entre Selho S. Lourenço e Gominhães. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, passando a 1ª cláusula a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães para a pavimentação da rua da Igreja." Mais se propõe a alteração da Cláusula 3.ª, que passará a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2013."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PRIMEIRO ADITAMENTO – ANO DE 2013

– Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço, a execução da obra de requalificação do Alto de S. João, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 11.670,43€. Na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro,



que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Selho S. Lourenço encontra-se agora agregada com a Freguesia de Gominhães, e passaram a designar-se União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Entretanto, através de carta dirigida à Câmara Municipal, em 7 de novembro de 2013, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães solicitou a alteração daquele protocolo, pretendendo agora pavimentar a rua da Igreja, sendo esta a via municipal que faz a ligação entre Selho S. Lourenço e Gominhães. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 9 de outubro de 2013, passando a 1ª cláusula a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães para a pavimentação da rua da Igreja."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TABUADELO E S. FAUSTINO – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PRIMEIRO ADITAMENTO – ANO DE 2013

– Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Tabuadelo, a execução da obra de pavimentação da rua da Vinha Nova, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 12.747,73€. Na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de

setembro, a Freguesia de Tabuadelo encontra-se agora agregada com a Freguesia de S. Faustino, e passaram a designar-se União das Freguesias de Tabuadelo e S. Faustino, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Entretanto, através de carta dirigida à Câmara Municipal, em 21 de outubro de 2013, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Tabuadelo e S. Faustino solicitou a alteração daquele protocolo, pretendendo agora proceder à pavimentação da rua da Vinha Nova e à construção de muro e sub-largura na rua da Liberdade, junto ao campo de futebol. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 16 de julho de 2013, passando a 1ª cláusula a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na União das Freguesias de Tabuadelo e S. Faustino para a execução da obra de Pavimentação da rua da Vinha Nova, construção de muro e sub-largura na rua da Liberdade." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE SÃO LOURENÇO E BALAZAR – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PRIMEIRO ADITAMENTO – ANO DE 2013

– Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Balazar, a execução da obra de pavimentação da E.M.585 entre a E.N. 101 e o Largo da Igreja, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 8.891,22€. Na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia



29 de setembro, a Freguesia de Balazar encontra-se agora agregada com a Freguesia de Sande São Lourenço, e passaram a designar-se União das Freguesias de Sande São Lourenço e Balazar, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Entretanto, através de carta dirigida à Câmara Municipal, em 4 de novembro de 2013, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Sande São Lourenço e Balazar informou não ser possível executar aquela obra, por falta de rede de água e saneamento, solicitando a alteração daquele protocolo, de forma a proceder à construção de um muro de suporte na rua da Granja, bem como a reconstrução de um bardo e colocação de vedação em rede. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 4 de junho de 2013, passando a 1ª cláusula a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na União das Freguesias de Sande São Lourenço e Balazar para a construção de um muro de suporte na rua da Granja, bem como a reconstrução de um bardo e colocação de vedação em rede."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO –
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –
PRIMEIRO ADITAMENTO – ANO DE 2013** – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, a execução da obra de pavimentação das ruas de S. Martinho e da Batoca, e recuo de muro na rua da Veiga, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 10.416,56€. Em correspondência dirigida à Câmara Municipal, em 3 de julho de 2013, a Junta de Freguesia de

Candoso S. Martinho informou que o recuo do muro na rua da Veiga já foi executado pelo proprietário do terreno na sequência da cedência ao domínio público municipal de uma parcela de terreno junto à estrada no âmbito do licenciamento da respetiva habitação, pretendendo agora a alteração daquele Protocolo, de forma que este se destine à execução das obras de pavimentação da rua de S. Martinho, rua da Batoca e rua do Outeiro Levado, e ainda à construção de um acesso para pessoas de mobilidade reduzida na rua de S. Martinho (acesso ao Cemitério). Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, relativo ano de 2013, celebrado em 9 de outubro de 2013, passando a Cláusula 1.ª a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho para a execução das obras de pavimentação das rua de S. Martinho, rua da Batoca e rua do Outeiro Levado, e ainda a construção de um acesso para pessoas de mobilidade reduzida na rua de S. Martinho (acesso ao Cemitério)." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

PROTOSCOLOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES/UNIVERSIDADE DO MINHO -

Presente a seguinte proposta: "O Município de Guimarães e a Universidade do Minho são pioneiros, em Portugal, na relação que construíram e atualmente sustentam com vista a contribuir de forma decisiva para a transformação do paradigma económico da nossa região. Trata-se de uma parceria a todos os títulos exemplar que coloca estas instituições na primeira linha de intervenção para a criação e desenvolvimento de condições objetivas que favoreçam a criação e diversificação de emprego em áreas do conhecimento, investigação científica, inovação e indústrias criativas e, em



consequência, a criação de valor económico com altos índices de competitividade à escala global. Por outro lado, é uma parceria permanentemente aberta ao estabelecimento de novos instrumentos de cooperação institucional com os quais se procura corresponder aos desafios e oportunidades que o entorno nacional e internacional vão, a cada passo, configurando. É neste contexto que proponho a ratificação do protocolo de colaboração que se anexa, destinado a promover a investigação básica e transnacional nas áreas de Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa, contribuindo para o desenvolvimento de terapias avançadas, impulsionando o desenvolvimento de uma nova geração de investigadores multidisciplinares com formação naquelas áreas científicas e fortalecendo a capacidade de atrair financiamento competitivo, a nível nacional e internacional, através de uma política de colaboração ativa envolvendo diferentes instituições de investigação e agências de financiamento.” O Protocolo de dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE OUTUBRO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 – Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de outubro que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de 21 de fevereiro de 2013, cuja listagem se dá por reproduzida e se arquiva em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -
PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS PROPANO A GRANEL – ANO CIVIL 2014

- PROPOSTA PARA ABERTURA – CONCURSO PÚBLICO N.º 7/13 – Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Nos termos da alínea a), n.º 6, artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, este procedimento não carece de pedido de parecer prévio e aplicação da redução remuneratória. Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de Serviços – Fornecimento contínuo de gás propano a granel – Ano civil 2014; **Preço base:** 199.500,00€ + IVA (23%); **Classificações económica:** 02010299; **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efetivos:** **Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Clara Soares, Técnica Superior; **Vogais Suplentes:** - Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros; - Laura Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O caderno de Encargos e o Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**



PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – PROPOSTA PARA ABERTURA - CONCURSO PÚBLICO N.º 8/2013

Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de serviços de ação social no Município de Guimarães. **Período de vigência:** Janeiro a dezembro de 2014. **Preço base:** 600.000,00€ + IVA (23%). Nos termos do n.º 1, do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, este procedimento não está sujeito à aplicação de redução remuneratória. **Classificações económica:** 020225. **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efetivos: Presidente** – Isabel Miranda, Chefe da Divisão de Ação Social; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais Suplentes:** - Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros; - Isabel Baptista, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O caderno de Encargos e o Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa

ao livro de atas. **O Presidente da Câmara informou que o valor base tinha já o IVA incluído, pelo que o valor correto é 487.000,00€ + IVA. DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de abertura de concurso para a aquisição de serviços de ação social no Município de Guimarães, por considerarmos ser o referido concurso a única forma de assegurar a continuação da prestação de serviços de apoio social essenciais para um conjunto muito numeroso de famílias vimaranenses, os quais nos últimos anos foram prestados pela Cooperativa "Fraterna" no cumprimento de protocolos celebrados com o Município. A proposta de concurso surge como a única alternativa à decisão, em primeira instância, do Tribunal de Contas ao recusar visto a protocolos similares aos celebrados em anos anteriores e então sempre aprovados. Mantemos toda a confiança na revogação da decisão de primeira instância por parte do plenário do Tribunal de Contas, de acordo com os fundamentos constantes do recurso apresentado e dos doutos pareceres que o sustentam, elaborados pelo Prof. Rui Namorado, doutrinador do pensamento cooperativo, que inspirou a legislação que regula a criação de Cooperativas de Interesse Público, e do advogado Dr. Luís Teixeira e Melo. Reconhecemos, embora expressando a nossa discordância com esse



entendimento, que a presente situação resultou de uma interpretação da Lei nº 50/2012, da responsabilidade do atual Governo e da maioria parlamentar que o suporta, com o objetivo de reduzir a prestação de serviços por parte de entidades públicas e valorizar a sua atribuição a empresas privadas, o que merece a nossa total oposição. Cabe-nos porém, enquanto aguardamos a revogação da decisão de primeira instância, cumpri-la. A presente proposta visa esse cumprimento.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Este ponto configura uma solução absolutamente inusitada de entre as possíveis no que poderíamos designar como setor empresarial local em sentido lato. Efetivamente, é permitido aos municípios que disponham de estruturas mais ágeis, com regras de funcionamento menos burocratizadas, com trabalhadores sem vínculo à função pública, no fundo permite-se o aumento das estruturas municipais sem que tal implique a contratação de mais funcionários públicos. Estas estruturas, criadas normativamente com o objetivo de poderem corresponder a este anseio de agilidade procedimental por parte dos municípios, chamam-se **empresas municipais**. Na Câmara de Guimarães sempre se optou por uma solução que representa um *tertium genus* nesta evolução empresarial do funcionamento dos municípios. Estruturas de igual agilidade, bem menos transparentes (na medida em que, contrariamente às empresas municipais, os seus orçamentos e relatórios não são conhecidos dos órgãos municipais designadamente do de fiscalização) e sobretudo que conseguiram passar incólumes às exigências agora impostas às empresas municipais, designadamente no que respeita aos rácios de solvabilidade que estas devem cumprir.

Aliás, a defesa destas “virtualidades” advenientes das régie-cooperativas, designadamente esta dimensão menos transparente tem mesmo feito escola na medida em que vem sendo ensinada por vereadores do executivo municipal vimaranenses como uma boa prática, como algo que, pelos aludidos motivos, deve ser replicada noutros municípios. Pela relevância juntamos como anexo a esta declaração de voto uma projeção dos diapositivos de uma apresentação pública protagonizada pelo vereador, e agora vice-presidente da Câmara, Amadeu Portilha, na qual se pretende ensinar os municípios sobre como a constituição de régie-cooperativas é a melhor forma de evitar “*o controlo e fiscalização dos órgãos políticos autárquicos*”, de incutir uma “*lógica empresarial privada na gestão da coisa pública*” e de assegurar o “*afastamento da crítica e censura política permanentes*”...O Tribunal de Contas veio a inviabilizar as transferências anuais do Município de Guimarães para as suas régie-cooperativas, considerando tratar-se de entidades privadas devendo, como tal, ser aberto concurso público. Ora face a este acórdão (ainda não transitado por recurso da Câmara de Guimarães), seria de esperar que as cooperativas em causa fossem transformadas em empresas municipais, por ser a forma que a lei impõe às unidades orgânicas externas mas na dependência do Município. Mas não. A Câmara de Guimarães que tem como objetivo salvaguardar este modelo das régie-cooperativas até ao seu limite, limitou-se a cumprir com o determinado no acórdão, sem exercer qualquer juízo de adequação em face do que o mesmo estipulava. Pretende por isso abrir um concurso público internacional, para entrega a privados a gestão da ação social do Município de Guimarães. Independentemente da questão político-ideológica, que cremos não caber nesta sede analisar (até porque colocaria a Câmara de



Guimarães como o melhor aluno do neoliberalismo da Escola de Chicago e de Milton Friedman) a verdade é que este expediente visa, tão somente, “salvar” estas régie-cooperativas da extinção acaso tivessem, tal como as restantes de todo o País, que se adaptar às regras de solvabilidade económico-financeira agora fixadas para as empresas municipais. No entanto isto pode parecer um paradoxo quando se use como expediente de salvamento de uma régie-cooperativa a abertura de um concurso público internacional, ao qual qualquer outro privado se pode candidatar...E este é que é o ponto relevante. Porque à partida, não se ajuda as régie-cooperativas colocando-as ante a possibilidade de poderem perder o concurso público. O que sucede é precisamente o inverso. A não ser, claro está, que apesar das regras de transparência obrigatoriamente constantes da figura jurídica do concurso público, se tenha já em vista os vencedores deste concurso público, ainda antes do seu lançamento. Aliás, na discussão desta questão e na reunião de Câmara de hoje, foi dito *ipsis verbis* pelo Presidente de Câmara, procurando justificar o concurso público que propunha, que “*está em causa a manutenção da atividade destas cooperativas*”. Ora, como sabemos, não pode estar em causa a manutenção da atividade **destas** cooperativas quando estas serão meros concorrentes, espera-se e deseja-se que em condições de igualdade com os demais. Ou isto será a subversão absoluta das regras dos concursos públicos. A régie-cooperativa que assume em monopólio a ação social no Município de Guimarães é a **Cooperativa Fraterna**. Porque não cabe nesta sede especular, cumpre dizer apenas que a única perspetiva de salvamento dos postos de trabalho gerados pela régie-cooperativa que gere em monopólio a ação social do Município de Guimarães, a única perspetiva de assegurar prossecução ao trabalho que

vinha sendo desenvolvido por esta régie-cooperativa, em suma, a única forma de continuar a existir esta cooperativa é vir a sair vencedora neste concurso público que agora se abre. Sobretudo porque o escopo único desta cooperativa é a gestão dos equipamentos sociais da Câmara de Guimarães, pelo que perderá a única função que exerce acaso não venha a obter vencimento neste concurso público. Obviamente que a transparência é um dos critérios mais enformadores no tipo-legal do concurso público. O concurso público existe como forma de assegurar essa mesma transparência nas adjudicações do Estado. Pelo que não a podendo de forma alguma colocar em causa aprioristicamente, tem ainda assim que se dizer que o estado “de vida ou morte” em que se encontram as régie-cooperativas que se candidatarão, certamente, a este concurso público, bem como a dimensão empírica na gestão destes equipamentos em concreto, faz presumir que sejam as favoritas a obter vencimento neste concurso. Isto é, se o vencedor do concurso público para aquisição de serviço de ação social no Município de Guimarães vier a ser a Fraterna, entidade que sempre tem gerido este setor em Guimarães, tal não será uma decisão que possa ser considerada surpreendente. O que significa que se trata de uma prática que não pode ser vista como um arauto da transparência. Aguardar-se-á serenamente pelo resultado do concurso, na certeza porém de que ainda que nos não compita uma assumir uma dimensão profética, podemos e devemos, em face do exposto, ficar atentos ao que venha a determinar o concurso público, em estrito cumprimento das suas regras constantes no caderno de encargos e programa de concurso. Se a profecia se vier a confirmar, estaremos a falar duma decisão que será tudo menos transparente. Em conclusão, Por considerarmos que o caminho que devia ser seguido pela



Câmara de Guimarães (não apenas agora mas já lá atrás quando resolveram seguir este percurso de drible à lei) era o da constituição de empresas públicas municipais para poder executar de um modo mais ágil as suas funções essenciais, e ainda por considerarmos manifestamente que este concurso público enferma de uma transparência no mínimo duvidosa, votamos **contra**. Porque não podemos dar o nosso aval a esta manutenção de um modelo orgânico à margem do que a lei estabelece para o setor empresarial local nem a um concurso público que visa confessadamente ser tudo menos aquilo que é suposto ser um concurso público.” O documento anexo a esta declaração de voto dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto**: “Porque para a CDU é sempre preferível recorrer a concursos públicos para fornecimento de bens e serviços do que a outros métodos menos transparentes e menos escrutináveis, votamos favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Guimarães. Mas porque essa mesma proposta é consequência de uma inovação legislativa do atual Governo PSD/CDS que introduz com natureza obrigatória elementos próprios da gestão capitalista privada em empresas do sector empresarial municipal prestadoras de serviços públicos, não podemos deixar sem reparo e sem repúdio a manobra governamental que no limite conduz a uma privatização encapotada de um serviço público. É com justificada apreensão que acompanharemos o desenvolvimento desta manobra da direita neoliberal, sobretudo em áreas com maior potencial de lucro, como será o caso da Tempo Livre e da Oficina, chamando desde já a atenção da Câmara para a conveniência de cuidar do

futuro destas ou doutras empresas municipais, absorvendo-as na estrutura da Autarquia, integrando-as na organização funcional da Câmara.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DE INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – PROPOSTA PARA ABERTURA - CONCURSO PÚBLICO N.º 9/2013

– Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos seguintes termos:

Objeto: Aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades desportivas de interesse público no Município de Guimarães.

Período de vigência: Janeiro a dezembro de 2014. **Preço base:** 720.000,00€ + IVA (23%). Nos termos do n.º 1, do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, este procedimento não está sujeito à aplicação de redução remuneratória. **Classificações**

económica: 020225. **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:**

Município de Guimarães. **Júri: Efetivos: Presidente** – José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Bibliotecas e Arquivos em regime de substituição; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro;

Vogais Suplentes: - Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros; - Paulo



Pacheco, Assistente Técnico. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O caderno de Encargos e o Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **O Presidente da Câmara informou que o valor base tinha já o IVA incluído, pelo que o valor correto é de 585.000,00€ + IVA. DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de abertura de concurso para a aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades desportivas de interesse público no Município de Guimarães, por considerarmos ser o referido concurso a única forma de assegurar a continuação de uma política de desenvolvimento desportivo essencial para um conjunto muito numeroso de jovens e praticantes de desporto de todas as idades, a qual nos últimos anos foi implementada pela Cooperativa “Tempo Livre” no cumprimento de protocolos celebrados com o Município. A proposta de concurso surge como a única alternativa à decisão, em primeira instância, do Tribunal de Contas ao recusar visto a protocolos similares aos celebrados em anos anteriores e então sempre aprovados. Mantemos toda a confiança na

revogação da decisão de primeira instância por parte do plenário do Tribunal de Contas, de acordo com os fundamentos constantes do recurso apresentado e dos doutos pareceres que o sustentam, elaborados pelo Prof. Rui Namorado, doutrinador do pensamento cooperativo, que inspirou a legislação que regula a criação de Cooperativas de Interesse Público, e do advogado Dr. Luís Teixeira e Melo. Reconhecemos, embora expressando a nossa discordância com esse entendimento, que a presente situação resultou de uma interpretação da Lei nº 50/2012, da responsabilidade do atual Governo e da maioria parlamentar que o suporta, com o objetivo de reduzir a prestação de serviços por parte de entidades públicas e valorizar a sua atribuição a empresas privadas, o que merece a nossa total oposição. Cabe-nos porém, enquanto aguardamos a revogação da decisão de primeira instância, cumpri-la. A presente proposta visa esse cumprimento.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Este ponto configura uma solução absolutamente inusitada de entre as possíveis no que poderíamos designar como sector empresarial local em sentido lato. Efetivamente, é permitido aos municípios que disponham de estruturas mais ágeis, com regras de funcionamento menos burocratizadas, com trabalhadores sem vínculo à função pública, no fundo permite-se o aumento das estruturas municipais sem que tal implique a contratação de mais funcionários públicos. Estas estruturas, criadas normativamente com o objetivo de poderem corresponder a este anseio de agilidade procedimental por parte dos municípios, chamam-se **empresas municipais**. Na Câmara de Guimarães sempre se optou por uma solução que representa um *tertium genus* nesta evolução empresarial do funcionamento



dos municípios. Estruturas de igual agilidade, bem menos transparentes (na medida em que, contrariamente às empresas municipais, os seus orçamentos e relatórios não são conhecidos dos órgãos municipais designadamente do de fiscalização) e sobretudo que conseguiram passar incólumes às exigências agora impostas às empresas municipais, designadamente no que respeita aos rácios de solvabilidade que estas devem cumprir. Aliás, a defesa destas “virtualidades” advenientes das régie-cooperativas, designadamente esta dimensão menos transparente tem mesmo feito escola na medida em que vem sendo ensinada por vereadores do executivo municipal vimaranenses como uma boa prática, como algo que, pelos aludidos motivos, deve ser replicada noutros municípios. Pela relevância juntamos como anexo a esta declaração de voto uma projeção dos diapositivos de uma apresentação pública protagonizada pelo vereador, e agora vice-presidente da Câmara, Amadeu Portilha, na qual se pretende ensinar os municípios sobre como a constituição de régie-cooperativas é a melhor forma de evitar “*o controlo e fiscalização dos órgãos políticos autárquicos*”, de incutir uma “*lógica empresarial privada na gestão da coisa pública*” e de assegurar o “*afastamento da crítica e censura política permanentes*”...O Tribunal de Contas veio a inviabilizar as transferências anuais do Município de Guimarães para as suas régie-cooperativas, considerando tratar-se de entidades privadas devendo, como tal, ser aberto concurso público. Ora face a este acórdão (ainda não transitado por recurso da Câmara de Guimarães), seria de esperar que as cooperativas em causa fossem transformadas em empresas municipais, por ser a forma que a lei impõe às unidades orgânicas externas mas na dependência do Município. Mas não. A Câmara de Guimarães que tem como objetivo salvaguardar este modelo das

régie-cooperativas até ao seu limite, limitou-se a cumprir com o determinado no acórdão, sem exercer qualquer juízo de adequação em face do que o mesmo estipulava. Pretende por isso abrir um concurso público internacional, para entrega a privados a gestão da ação social do Município de Guimarães. Independentemente da questão político-ideológica, que cremos não caber nesta sede analisar (até porque colocaria a Câmara de Guimarães como o melhor aluno do neoliberalismo da Escola de Chicago e de Milton Friedman) a verdade é que este expediente visa, tão somente, “salvar” estas régie-cooperativas da extinção acaso tivessem, tal como as restantes de todo o País, que se adaptar às regras de solvabilidade económico-financeira agora fixadas para as empresas municipais. No entanto isto pode parecer um paradoxo quando se use como expediente de salvamento de uma régie-cooperativa a abertura de um concurso público internacional, ao qual qualquer outro privado se pode candidatar...E este é que é o ponto relevante. Porque à partida, não se ajuda as régie-cooperativas colocando-as ante a possibilidade de poderem perder o concurso público. O que sucede é precisamente o inverso. A não ser, claro está, que apesar das regras de transparência obrigatoriamente constantes da figura jurídica do concurso público, se tenha já em vista os vencedores deste concurso público, ainda antes do seu lançamento. Aliás, na discussão desta questão e na reunião de Câmara de hoje, foi dito *ipsis verbis* pelo Presidente de Câmara, procurando justificar o concurso público que propunha, que “*está em causa a manutenção da atividade destas cooperativas*”. Ora, como sabemos, não pode estar em causa a manutenção da atividade **destas** cooperativas quando estas serão meros concorrentes, espera-se e deseja-se que em condições de igualdade com os demais. Ou isto será a



subversão absoluta das regras dos concursos públicos. A régie-cooperativa que assume em monopólio o desenvolvimento de atividades desportivas de interesse público no Município de Guimarães é a **Tempo Livre**. Porque não cabe nesta sede especular, cumpre dizer apenas que a única perspetiva de salvamento dos postos de trabalho gerados pela régie-cooperativa que gere em monopólio o desenvolvimento de atividades desportivas de interesse público no Município de Guimarães, a única perspetiva de assegurar prossecução ao trabalho que vinha sendo desenvolvido por esta régie-cooperativa – de que se destaca a Cidade Europeia do Desporto, em 2013 – em suma, a única forma de continuar a existir esta cooperativa, é vir a sair vencedora neste concurso público que agora se abre. Sobretudo porque o escopo único desta cooperativa é a gestão dos equipamentos desportivos da Câmara de Guimarães, pelo que perderá a única função que exerce acaso não venha a obter vencimento neste concurso público. Obviamente que a transparência é um dos critérios mais enformadores no tipo-legal do concurso público. O concurso público existe como forma de assegurar essa mesma transparência nas adjudicações do Estado. Pelo que não a podendo de forma alguma colocar em causa aprioristicamente, tem ainda assim que se dizer que o estado “de vida ou morte” em que se encontram as régie-cooperativas que se candidatarão, certamente, a este concurso público, bem como a dimensão empírica na gestão destes equipamentos em concreto, faz presumir que sejam as favoritas a obter vencimento neste concurso. Isto é, se o vencedor do concurso público para aquisição de serviço de atividades desportivas no Município de Guimarães vier a ser a “Tempo Livre”, entidade que sempre tem gerido este setor em Guimarães, tal não será uma decisão que possa ser

considerada surpreendente. O que significa que se trata de uma prática que não pode ser vista como um arauto da transparência. Aguardar-se-á serenamente pelo resultado do concurso, na certeza porém de que ainda que nos não compita uma assumir uma dimensão profética, podemos e devemos, em face do exposto, ficar atentos ao que venha a determinar o concurso público, em estrito cumprimento das suas regras constantes no caderno de encargos e programa de concurso. Se a profecia se vier a confirmar, estaremos a falar duma decisão que será tudo menos transparente. Em conclusão, Por considerarmos que o caminho que devia ser seguido pela Câmara de Guimarães (não apenas agora mas já lá atrás quando resolveram seguir este percurso de drible à lei) era o da constituição de empresas públicas municipais para poder executar de um modo mais ágil as suas funções essenciais, e ainda por considerarmos manifestamente que este concurso público enferma de uma transparência no mínimo duvidosa, votamos **contra**. Porque não podemos dar o nosso aval a esta manutenção de um modelo orgânico à margem do que a lei estabelece para o setor empresarial local nem a um concurso público que visa confessadamente ser tudo menos aquilo que é suposto ser um concurso público.” O documento anexo a esta declaração de voto dá-se aqui por reproduzidos e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto**: “Porque para a CDU é sempre preferível recorrer a concursos públicos para fornecimento de bens e serviços do que a outros métodos menos transparentes e menos escrutináveis, votamos favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Guimarães. Mas porque essa mesma



proposta é consequência de uma inovação legislativa do atual Governo PSD/CDS que introduz com natureza obrigatória elementos próprios da gestão capitalista privada em empresas do sector empresarial municipal prestadoras de serviços públicos, não podemos deixar sem reparo e sem repúdio a manobra governamental que no limite conduz a uma privatização encapotada de um serviço público. É com justificada apreensão que acompanharemos o desenvolvimento desta manobra da direita neoliberal, sobretudo em áreas com maior potencial de lucro, como será o caso da Tempo Livre e da Oficina, chamando desde já a atenção da Câmara para a conveniência de cuidar do futuro destas ou doutras empresas municipais, absorvendo-as na estrutura da Autarquia, integrando-as na organização funcional da Câmara.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CULTURAIS, SÓCIOCULTURAIS E DE FORMAÇÃO, DE INTERESSE PÚBLICO, NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – PROPOSTA PARA ABERTURA – CONCURSO PÚBLICO N.º 10/2013 –

Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, socioculturais e de formação, de interesse público, no Município de Guimarães. **Período de vigência:** Janeiro a dezembro de 2014. **Preço base:** 3.000.000,00€ + IVA (23%). Nos termos do n.º 1, do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, este

procedimento não está sujeito à aplicação de redução remuneratória. **Classificação económica:** 020225.

Procedimento: Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado.

Entidade competente para adjudicar: Município de Guimarães.

Júri: Efetivos: Presidente – José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Bibliotecas e Arquivos em regime de substituição; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais Suplentes:** - Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros; - Isabel Pinho, Chefe da Divisão de Relações Públicas e Turismo. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O caderno de Encargos e o Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **O Presidente da Câmara informou que o valor base tinha já o IVA incluído, pelo que o valor correto é de 2.439.000,00€ + IVA. DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira



apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de abertura de concurso para a aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, socioculturais e de formação no Município de Guimarães, por considerarmos ser o referido concurso a única forma de assegurar a continuação da política cultural desenvolvida e que constituiu uma importante marca na afirmação de Guimarães como Cidade Cultural, a qual nos últimos anos foi concretizada pela Cooperativa “Oficina” no cumprimento de protocolos celebrados com o Município. A proposta de concurso surge como a única alternativa à decisão, em primeira instância, do Tribunal de Contas ao recusar visto a protocolos similares aos celebrados em anos anteriores e então sempre aprovados. Mantemos toda a confiança na revogação da decisão de primeira instância por parte do plenário do Tribunal de Contas, de acordo com os fundamentos constantes do recurso apresentado e dos doutos pareceres que o sustentam, elaborados pelo Prof. Rui Namorado, doutrinador do pensamento cooperativo, que inspirou a legislação que regula a criação de Cooperativas de Interesse Público, e do advogado Dr. Luís Teixeira e Melo. Reconhecemos, embora expressando a nossa discordância com esse entendimento, que a presente situação resultou de uma interpretação da Lei nº 50/2012, da responsabilidade do atual Governo e da maioria parlamentar que o suporta, com o objetivo de reduzir a prestação de serviços por parte de entidades públicas e valorizar a sua atribuição a empresas privadas, o que merece a nossa total oposição. Cabe-nos porém, enquanto aguardamos a revogação da decisão de primeira instância, cumpri-la. A presente proposta visa esse cumprimento.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte

declaração de voto: “Este ponto configura uma solução absolutamente inusitada de entre as possíveis no que poderíamos designar como setor empresarial local em sentido lato. Efetivamente, é permitido aos municípios que disponham de estruturas mais ágeis, com regras de funcionamento menos burocratizadas, com trabalhadores sem vínculo à função pública, no fundo permite-se o aumento das estruturas municipais sem que tal implique a contratação de mais funcionários públicos. Estas estruturas, criadas normativamente com o objetivo de poderem corresponder a este anseio de agilidade procedimental por parte dos municípios, chamam-se **empresas municipais**. Na Câmara de Guimarães sempre se optou por uma solução que representa um *tertium genus* nesta evolução empresarial do funcionamento dos municípios. Estruturas de igual agilidade, bem menos transparentes (na medida em que, contrariamente às empresas municipais, os seus orçamentos e relatórios não são conhecidos dos órgãos municipais designadamente do de fiscalização) e sobretudo que conseguiram passar incólumes às exigências agora impostas às empresas municipais, designadamente no que respeita aos rácios de solvabilidade que estas devem cumprir. Aliás, a defesa destas “virtualidades” advenientes das régie-cooperativas, designadamente esta dimensão menos transparente tem mesmo feito escola na medida em que vem sendo ensinada por vereadores do executivo municipal vimaranenses como uma boa prática, como algo que, pelos aludidos motivos, deve ser replicada noutros municípios. Pela relevância juntamos como anexo a esta declaração de voto uma projeção dos diapositivos de uma apresentação pública protagonizada pelo vereador, e agora vice-presidente da Câmara, Amadeu Portilha, na qual se pretende ensinar os municípios sobre como a constituição de régie-



cooperativas é a melhor forma de evitar “o controlo e fiscalização dos órgãos políticos autárquicos”, de incutir uma “lógica empresarial privada na gestão da coisa pública” e de assegurar o “afastamento da crítica e censura política permanentes”...O Tribunal de Contas veio a inviabilizar as transferências anuais do Município de Guimarães para as suas régie-cooperativas, considerando tratar-se de entidades privadas devendo, como tal, ser aberto concurso público. Ora face a este acórdão (ainda não transitado por recurso da Câmara de Guimarães), seria de esperar que as cooperativas em causa fossem transformadas em empresas municipais, por ser a forma que a lei impõe às unidades orgânicas externas mas na dependência do Município. Mas não. A Câmara de Guimarães que tem como objetivo salvaguardar este modelo das régie-cooperativas até ao seu limite, limitou-se a cumprir com o determinado no acórdão, sem exercer qualquer juízo de adequação em face do que o mesmo estipulava. Pretende por isso abrir um concurso público internacional, para entrega a privados a gestão da ação social do Município de Guimarães. Independentemente da questão político-ideológica, que cremos não caber nesta sede analisar (até porque colocaria a Câmara de Guimarães como o melhor aluno do neoliberalismo da Escola de Chicago e de Milton Friedman) a verdade é que este expediente visa, tão somente, “salvar” estas régie-cooperativas da extinção acaso tivessem, tal como as restantes de todo o País, que se adaptar às regras de solvabilidade económico-financeira agora fixadas para as empresas municipais. No entanto isto pode parecer um paradoxo quando se use como expediente de salvamento de uma régie-cooperativa a abertura de um concurso público internacional, ao qual qualquer outro privado se pode candidatar...E este é que é o ponto relevante. Porque à partida,

não se ajuda as régie-cooperativas colocando-as ante a possibilidade de poderem perder o concurso público. O que sucede é precisamente o inverso. A não ser, claro está, que apesar das regras de transparência obrigatoriamente constantes da figura jurídica do concurso público, se tenha já em vista os vencedores deste concurso público, ainda antes do seu lançamento. Aliás, na discussão desta questão e na reunião de Câmara de hoje, foi dito *ipsis verbis* pelo Presidente de Câmara, procurando justificar o concurso público que propunha, que “*está em causa a manutenção da atividade destas cooperativas*”. Ora, como sabemos, não pode estar em causa a manutenção da atividade **destas** cooperativas quando estas serão meros concorrentes, espera-se e deseja-se que em condições de igualdade com os demais. Ou isto será a subversão absoluta das regras dos concursos públicos. A régie-cooperativa que assume em monopólio o desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, socioculturais e de formação no Município de Guimarães é **A Oficina**. Porque não cabe nesta sede especular, cumpre dizer apenas que a única perspetiva de salvamento dos postos de trabalho gerados pela régie-cooperativa que gere em monopólio o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais no Município de Guimarães, a única perspetiva de assegurar prossecução ao trabalho que vinha sendo desenvolvido por esta régie-cooperativa – de que se destaca a Capital Europeia da Cultura, em 2012 – em suma, a única forma de continuar a existir esta cooperativa, é vir a sair vencedora neste concurso público que agora se abre. Sobretudo porque o escopo único desta cooperativa é a gestão da atividade cultural da Câmara de Guimarães, pelo que perderá a única função que exerce acaso não venha a obter vencimento neste concurso público. Obviamente que a transparência é um dos critérios mais enformadores no tipo-



legal do concurso público. O concurso público existe como forma de assegurar essa mesma transparência nas adjudicações do Estado. Pelo que não a podendo de forma alguma colocar em causa aprioristicamente, tem ainda assim que se dizer que o estado “de vida ou morte” em que se encontram as régies-cooperativas que se candidatarão, certamente, a este concurso público, bem como a dimensão empírica na gestão destes equipamentos em concreto, faz presumir que sejam as favoritas a obter vencimento neste concurso. Isto é, se o vencedor do concurso público para aquisição de serviço de atividades culturais no Município de Guimarães vier a ser “A Oficina”, entidade que sempre tem gerido este setor em Guimarães, tal não será uma decisão que possa ser considerada surpreendente. O que significa que se trata de uma prática que não pode ser vista como um arauto da transparência. Aguardar-se-á serenamente pelo resultado do concurso, na certeza porém de que ainda que nos não compita uma assumir uma dimensão profética, podemos e devemos, em face do exposto, ficar atentos ao que venha a determinar o concurso público, em estrito cumprimento das suas regras constantes no caderno de encargos e programa de concurso. Se a profecia se vier a confirmar, estaremos a falar duma decisão que será tudo menos transparente. Em conclusão, Por considerarmos que o caminho que devia ser seguido pela Câmara de Guimarães (não apenas agora mas já lá atrás quando resolveram seguir este percurso de drible à lei) era o da constituição de empresas públicas municipais para poder executar de um modo mais ágil as suas funções essenciais, e ainda por considerarmos manifestamente que este concurso público enferma de uma transparência no mínimo duvidosa, votamos **contra**. Porque não podemos dar o nosso aval a esta manutenção de um

modelo orgânico à margem do que a lei estabelece para o setor empresarial local nem a um concurso público que visa confessadamente ser tudo menos aquilo que é suposto ser um concurso público.” O documento anexo a esta declaração de voto dá-se aqui por reproduzidos e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto**: “Porque para a CDU é sempre preferível recorrer a concursos públicos para fornecimento de bens e serviços do que a outros métodos menos transparentes e menos escrutináveis, votamos favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Guimarães. Mas porque essa mesma proposta é consequência de uma inovação legislativa do atual Governo PSD/CDS que introduz com natureza obrigatória elementos próprios da gestão capitalista privada em empresas do sector empresarial municipal prestadoras de serviços públicos, não podemos deixar sem reparo e sem repúdio a manobra governamental que no limite conduz a uma privatização encapotada de um serviço público. É com justificada apreensão que acompanharemos o desenvolvimento desta manobra da direita neoliberal, sobretudo em áreas com maior potencial de lucro, como será o caso da Tempo Livre e da Oficina, chamando desde já a atenção da Câmara para a conveniência de cuidar do futuro destas ou doutras empresas municipais, absorvendo-as na estrutura da Autarquia, integrando-as na organização funcional da Câmara.” -----

DOAÇÕES - COOPERATIVA FRATERNA - DOAÇÃO DE EXPOSITORES – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, através do seu ofício nº



198/2013, datado de 17 de outubro de 2013, vem solicitar a cedência de quadros que permitam a afixação de informações gerais e técnicas, para equipar as suas instalações onde funciona o Projeto @s – Arca Social, no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, a Autarquia dispõe de algum equipamento recolhido de estabelecimentos de ensino que foram encerrados, não havendo inconveniência na sua cedência àquela entidade. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à Fraterna do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de concordância, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Aos bens em causa foi atribuído o valor total de 370,00€. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 quadro de escrita a marcador, em porcelana branca, de 2500mmX1200mm	€120,00	€120,00
5 expositores em corticite de 2500mmx1200mm	€50,00	€250,00
TOTAL		€370,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa. -----

RECURSOS HUMANOS – CRIAÇÃO DE SECÇÃO AUTÓNOMA DO CONSELHO COORDENADOR DE AVALIAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO DO PESSOAL NÃO DOCENTE – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 759/2009, de 16 de julho, a Câmara Municipal deve deliberar a criação, no âmbito do respetivo conselho coordenador da avaliação, de uma secção autónoma para a avaliação do

peçoal não docente, conforme previsto no n.º 3 do artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. A secção autónoma é presidida pelo presidente da câmara, que pode delegar essa competência num vereador, devendo a mesma integrar os diretores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas respetivas, ou os seus representantes, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 3.º da referida Portaria n.º 759/2009. Submete-se, assim, à aprovação da Câmara Municipal a criação da referida Secção Autónoma, para a qual serão designados representantes dos diretores dos agrupamentos de escolas, nos termos a regulamentar pelo conselho coordenador da avaliação.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – IDEGUI – INSTITUTO DE DESIGN DE GUIMARÃES – ASSOCIAÇÃO PARA A REGENERAÇÃO ECONÓMICA – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS –

PRESENTE “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respetivos Estatutos, dois Vereadores para, juntamente com o Presidente, representar o Município de Guimarães nos corpos sociais da IDEGUI - INSTITUTO DE DESIGN DE GUIMARÃES – ASSOCIAÇÃO PARA A REGENERAÇÃO ECONÓMICA. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: **1** – Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam designados: **2.1** – Para a Assembleia Geral, Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães. **2.2** – Para o Conselho Geral: - Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; - José Miguel



Fonseca de Neiva Santos, Designer.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2,** com seis votos a favor e cinco em branco. -----

EDUCAÇÃO – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LETIVO 2013/2014 – Presente a seguinte informação da Divisão de

Educação: “Como é de conhecimento superior, nos termos da alínea hh), do número 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que diz respeito à atribuição de auxílios económicos diretos. Nesse sentido, a autarquia procede anualmente à transferência de verbas para os agrupamentos de escolas, destinadas à comparticipação de livros e material escolar dos alunos do 1º ciclo do ensino básico. Assim, e considerando: o número de alunos abrangidos pela ação social escolar no ano letivo 2013/2014, de acordo com os dados remetidos pelos agrupamentos de escolas; os valores mínimos de comparticipação dos alunos do 1º ciclo do ensino básico, por escalão e ano de escolaridade (escalão A: 1º e 2º anos - €39,60; 3º e 4º anos - €45,80, escalão B: 1º e 2º anos - €19,80; 3º e 4º anos - €22,90), determinados no Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto de 2009, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, com as alterações introduzidas pelos Despachos nº 14368-A/2010, de 14 de setembro de 2010, nº 12284/2011, de 19 de setembro de 2011, nº 11886-A/2012, de 6 de setembro de 2012, e nº 11861/2013, de 12 de setembro, propõe-se que seja dado despacho de autorização de cabimento e de compromisso para a transferência para os agrupamentos de escolas de uma verba no valor de €80 876,30, no âmbito da ação

social escolar (Rubrica: 2.1.2.60), para comparticipação de livros e material escolar de 1169 alunos abrangidos pelo escalão A e 1434 pelo B, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 10 DE JANEIRO DE 2013, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS DELIBERAÇÕES DE 21 DE MARÇO E 19 DE SETEMBRO DO MESMO ANO - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - ANO CIVIL 2013 - Presente a seguinte

informação da Divisão de Educação: “Como é do conhecimento superior, foi aprovado em reunião de Câmara de 10 de janeiro de 2013, com as alterações introduzidas pelas deliberações de 21 de março de 2013 e de 19 de setembro de 2013, a atribuição de verbas para alimentação e gestão em refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do 1º ciclo, a vigorar no ano civil de 2013. Tendo em conta o número de alunos abrangidos pela Ação Social Escolar, que beneficiam de almoço no corrente ano letivo, verificou-se a necessidade de proceder, nos estabelecimentos de educação e/ou ensino, cujos refeitórios estão sob administração e gestão direta de entidades, à alteração do valor da verba atribuída para efeitos de comparticipação na alimentação. O mesmo se verificou nos casos em que o serviço de refeições é assegurado em instalações de entidades, dada a inexistência de refeitório no próprio estabelecimento de educação e/ou ensino. Face ao exposto, propõe-se que se proceda à retificação da deliberação de Câmara, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração



superior.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – APOIO ÀS FESTAS NICOLINAS 2013 – Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “Na sequência do pedido formulado pela Comissão de Festas Nicolinas 2013, proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição dos seguintes apoios financeiros e logísticos, considerados essenciais à realização da próxima edição das Festas Nicolinas, como habitualmente de 29 de Novembro a 7 de Dezembro. Apoios financeiros: Subsídio no montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), já deliberado em reunião de 16 de maio de 2013, e destinado a despesas globais incluindo a impressão do programa e pregões, a ser pago à Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos; Outros apoios: - Atribuição do Prémio Câmara Municipal de Guimarães, composto por um conjunto obras bibliográficas existentes na Biblioteca Municipal Raul Brandão, a atribuir à Escola que frequentam os estudantes que integram o melhor carro do cortejo das Maçãzinhas, de acordo com proposta aprovada pela Câmara em 2001; - Cedência de escavadora e ferramentas para o enterro do Pinheiro; - Cedência de viaturas para o cortejo das Maçãzinhas, em horário a combinar com os serviços; - Condicionamento de trânsito e estacionamento no percurso do Cortejo do Pinheiro; - Oferta de camélias, se disponíveis no Horto Municipal, para decorar as capas e as janelas durante o cortejo das Maçãzinhas; - Isenção de taxas para obtenção de licenças, de ruído e recinto.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

DESPORTO – CLUBE CAÇADORES DAS TAIPAS – ATRIBUIÇÃO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO – Presente a

seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “No passado mês de Setembro, fruto das intempéries que se fizeram sentir, deflagrou um incêndio no Complexo do Montinho, tendo provocado danos avultados nas instalações elétricas, dado nota recente pelo Clube Caçadores das Taipas e que paralisou parte da atividade e função do clube desportivo. Atualmente, o Clube Caçadores das Taipas dedica-se à formação e competição desportiva na modalidade de Futebol com mais de 180 atletas, distribuídos por vários escalões etários, com uma atividade diária permanente, proporcionada pela realização de treinos e jogos, que contribuem para a função social do clube. Para resolução do incidente provocado, o Clube Caçadores das Taipas encetou todos os esforços para a resolução da situação, mas com carácter provisório, visto o valor avultado da reparação. Desta forma, e até a resolução definitiva da situação, esta coloca em risco a segurança dos utentes, pelo que carece uma rápida intervenção. Assim, tendo em conta o incidente atrás descrito, em complementaridade à função sócio-desportiva do clube, bem como o reconhecido factor de desenvolvimento e atratividade económica na área onde está implementado, propõe-se a atribuição de um subsídio pontual no valor de 4.000,00€, com o fim de reparação das instalações elétricas, ao abrigo do ponto 3, do artigo 7º, Capítulo II, do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR**

POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 20 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

PRESENTE ATA. -----